

Um olhar etnográfico: a privação de liberdade associada a baixa escolaridade

Arthur Manoel Barbosa Andrade

Autor

arthur_andrade2011@hotmail.com

Itamara Weskla Barbosa Alves de Brito

Co-Autor

marawbab@hotmail.com

Sayonara Ramos Marcelino Ferreira Quirino

Co-Autor

sayonarapedagoga@hotmail.com

Paula Almeida de Castro

Orientadora

emailsdapaula@gmail.com

Introdução

“Aqui tem esse lado positivo, só aqui estou conseguindo terminar o ensino fundamental e quando sair desse lugar vou fazer o ensino médio”

Esse trecho é referente a entrevista feita com uma das “reeducandas” do projeto Pró-Enem do Presídio do Serrotão, através dos discursos dela e de outra aluna entrevistada analisaremos o processo educacional que varia desde a infância delas até as perspectivas com relação ao retorno à sociedade.

A proposta da educação inclusiva referente a educação nas prisões viabiliza aquilo que é um dos fundamentos da educação, a capacidade de proporcionar a libertação do indivíduo enquanto cidadão e sujeito crítico da sociedade. O direito à educação oferecido pela constituição brasileira é a garantia que mesmo os sujeito que fugiram “as regras” que a sociedade estabelece possam usufruir dos benefícios oriundos da educação.

A possibilidade de serem ressocializadas à sociedade através de uma proposta sócio-educativa produz a tentativa de participarem dos projetos oferecidos através da Universidade Estadual da Paraíba e dessa maneira terem uma nova chance de recomeço no “mundo lá fora”, como elas mesmas dizem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, através do segmento que em 2009 com a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais, abriu novos caminhos para discussões e para as problemáticas em torno da pertinência, como também de um projeto político-pedagógico para o sistema penitenciário brasileiro, numa tentativa ainda mais incisiva de proporcionar a inclusão educacional para essa parcela da população, ratificando a problemática da ressocialização dos indivíduos.

A participação das “reeducandas” na pesquisa etnográfica foi de fundamental importância para poder perceber as fragilidades de certas áreas do sistema educacional brasileiro, como o abandono de sala de aula ainda nos anos iniciais de formação, as problemáticas familiares que contribuem para as estatísticas, a busca precoce por trabalho, além dos exemplos de envolvimento com as drogas e as conseqüentes passagens do mundo prisional.

Do conjunto de análises sobre o percurso educacional dessas mulheres privadas de liberdade, analisando os motivos do abandono da sala de aula, compreende-se a necessidade de propor uma educação nas instituições de privação de liberdade que esteja orientada para a realidade destas, possibilitando, assim, a retomada do processo



de escolarização e sua conclusão, seja dentro ou fora da prisão, possibilitando dessa maneira a retomada do tempo perdido. O contato com elas pode ser realizado para viabilizar a construção de políticas públicas que efetivamente cumpram o papel de promover a reinserção social daqueles que, outrora, cumpriram penas restritivas de liberdade ou medidas sócio-educativas.

Pensar o processo de educação inclusiva no Brasil requer uma análise acerca dos problemas das políticas públicas voltadas para a educação, dessa maneira discussões em torno dos procedimentos em relação aos alunos com fracasso escolar, com abandono precoce da sala de aula, com a pouca qualificação dos professores com relação aos alunos que precisam de uma atenção diferenciada, e nesse âmbito entre a discussão a respeito da formação de professores capacitados para ministrarem aula em espaços de reclusão.

Metodologia: Antropologia à serviço da Educação

O presente trabalho teve como eixo norteador o estudo do tipo etnográfico, que carrega em sua estrutura características fortes da Etnografia ligada à Antropologia e, portanto, utiliza-se dos instrumentos congruentes à esta abordagem. A pesquisa fora conferida através da observação participante e da realização de entrevistas; observação *in loco* das ações e examinar suas características de interação e o significado das ações locais, tendo em vista que o sujeito norteia o entendimento do aspecto estudado e a identificação do modo como se dão as interações habituais. Partindo das características da Etnografia e sua aplicabilidade na compreensão do espaço/sistema educacional, como instrumentos, neste estudo, foi utilizada a observação participante, que consiste na investigação qualitativa e, conseqüentemente, no estudo do tipo etnográfico.

Este aporte teórico/metodológico permite que o pesquisador utilize da experiência direta entre ele e sujeito, além de considerar a subjetividade de ambos na



construção do conhecimento e no entendimento dos significados conferidos às ações ali desdobradas. Por isso, entende-se que por estes instrumentos, torna-se permitida a aproximação do observador à perspectiva dos sujeitos como mecanismo relevante no entendimento de novas faces acerca de um mesmo problema. Sendo assim, a observação forma um dos principais instrumentos de coleta de dados nas abordagens qualitativas, pois permite a coleta de dados em situações em que é impossível estabelecer outras formas de levantamento ou outras formas de comunicação.

É preponderante afirmar que, no estudo etnográfico, não existem pretensões quanto o apontamento de uma solução genérica para as problemáticas encontradas no espaço em análise. No entanto busca-se a conscientização dos sujeitos envolvidos para que, com isto, sejam superadas as dificuldades cotidianas enfrentadas por eles. Espera-se, assim, que a pesquisa provoque em seus participantes uma conscientização para que eles sejam capazes de superar as dificuldades apresentadas nas situações rotineiras dos processos interativos. Os dados da pesquisa têm como objetivo ampliar os conhecimentos sobre o tema e informar os resultados, de modo mais próximo possível da realidade, para que possam ser considerados válidos para provocar mudanças e impactos em políticas, programas e práticas pedagógicas.

Resultados e discussões:

A pesquisa etnográfica a respeito das causas que contribuíram para a entrada das “reeducandas” no mundo do crime e das metas e objetivos em torno da inclusão das mesmas através da educação resultou numa análise que caracteriza, pelo menos de forma panorâmica o cenário social vivenciado por elas.

Nos recortes feitos nas entrevistas percebemos a falta de apoio familiar ou mesmo o incentivo dos pais em que elas continuassem suas vidas na escola, na maioria das vezes os pais acreditavam que estudar era “coisa de rico” e que pobre



tinha era que trabalhar. Fator que evidencia o caráter capitalista e que caracteriza as práticas sociais, excluindo os indivíduos ao invés de incluir.

Outro fator de relevância é o uso de drogas, seja entre elas ou com os parceiros, que na grande maioria também se encontram presos e com índices bastante elevados de baixa escolaridade. Dessa forma, duas problemáticas foram enaltecidas: a falta de suporte familiar que sustentasse a vida escolar e na adolescência e juventude a entrada no mundo das drogas.

Na entrevista percebe-se a vontade de estar mais adiantada nos estudos e lamentam o tempo perdido:

Entrevistador: Por que você parou de estudar?

Reeducanda: “Eu sempre desistia na 4ª série, numa conseguia terminar o ano. Toda vez tentava terminar, mas acontecia alguma coisa pra eu desistir. Minha mãe e meu pai não ligavam muito pra estudo, o que importava era trabalhar e ter dinheiro pra comer”

O contexto abordado se refere aos pontos que contribuem negativamente para a continuidade das estatísticas negativas que rondam o mundo da educação, dessa maneira somada as causas já citadas incluímos também o desemprego, a falta estímulo por falta de perspectiva profissional, e ainda os elevados índices de gravidez na adolescência.

A primeira parte da entrevista ficou explícita um dos motivos que contribuíram para o abandono da escola e a influencia, mesmo que indireta, no mundo do crime. Nesta outra parte da entrevista a aluna relata o pensamento dela acerca do futuro e o que ela pensa da oportunidade de estudar na prisão.



Entrevistador: E as oportunidades adquiridas aqui dentro, com relação a educação?

Reeducanda: “Foram muito boas, estou nesse lugar só de passagem, e se Deus quiser vou sair daqui e conseguir um emprego, mas tenho que estudar, até porque preciso de estudo para pode trabalhar. Nos dias atuais até pra limpar a rua precisa ter estudo, por isso seguro com todas as forças a oportunidade de estudar aqui, pra que quando eu sair possa estar mais qualificada pra trabalhar e ter meu dinheiro”.

É formidável a capacidade renovadora que a educação proporciona, através de mecanismos de ordem político-social, e que transformam vidas e reconduz caminhos que outrora tomaram rumos incertos. O direito à educação condiciona indivíduos excluídos socialmente a terem oportunidades de se reinserirem ao convívio social, e tratando de sujeitos em privação de liberdade a educação possibilita a reconstrução da dignidade. Nesse sentido a proposta educacional de incluir esses indivíduos na sociedade passa fomentar a real chance de transformação daqueles que acreditam no potencial empreendido nas entrelinhas da educação. Castro (2011) afirma acerca da inclusão educacional:

Daí decorre o fato de que o próprio princípio de educar é que estaria em crise frente à demanda por inclusão. Este educar suplanta a possibilidade de uma escola inclusiva, no sentido de explicar sem compreender as diferenças e fracassos daqueles que escapam à padronização escolar, mas ainda pela incoerência entre o discurso emancipatório e a prática pedagógica da escola. (p. 37)

Assim, é possível compreender que o ideal da escolarização como mecanismo de inserção na vida social, traduzida aqui como “ser alguém” permeia os sentidos conferidos à escola e aos estudos, gerando um conjunto de práticas que por muitas vezes dificultam o desenvolvimento do sentimento de pertença do aluno àquele espaço.

Conclusão: Perspectivas acerca da inclusão

O comprometimento com a educação e seu potencial transformador mostra-se sempre perpétuo, presente e encorajador, dessa maneira a busca pela inclusão educacional torna-se mais um desafio entre tantos contidos no universo das práticas educacionais.

Ainda nesse pensamento, Gadotti (in: Educação, 2000, p. 62) diz que “Educar é libertar [...] dentro da prisão, a palavra e o diálogo continuam sendo a principal chave. A única força que move um preso é a liberdade; ela é a grande força de pensar”. Assim, a capacidade inclusiva da educação deve ser usada cada vez mais como manutenção e perpetuação dos mecanismos de promover a inserção dos indivíduos no mundo da cidadania.

Referências:

BRASIL. **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária** (Cnpp). Resolução nº 3, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 22, 25 mar. 2009. Disponível em <http://www.redlece.org/IMG/pdf/https___www.in.gov_1.pdf>.

CASTRO, Paula Almeida de. **Tornar-se aluno: identidade e pertencimento – um estudo etnográfico.** 2011. 157f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo, Peirópolis, 2001. -----.
Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Armed, 2000.

GRACIANO, M.; SCHILLING, F. **A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades.** *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 25, p. 111-132. 2008.